

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LETÍCIA PEREIRA BOAVENTURA

PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO SETOR FISCAL EM RELAÇÃO À
MUDANÇA DE SISTEMA EM UMA PREFEITURA DO TRIÂNGULO MINEIRO

UBERLÂNDIA
FEVEREIRO DE 2026

LETÍCIA PEREIRA BOAVENTURA

**PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO SETOR FISCAL EM RELAÇÃO À
MUDANÇA DE SISTEMA EM UMA PREFEITURA DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de
Ciências Contábeis da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrina Rafaela Pereira Borges

**UBERLÂNDIA
FEVEREIRO DE 2026**

LETÍCIA PEREIRA BOAVENTURA

Percepção de contadores do setor fiscal em relação à mudança de sistema em uma prefeitura do triângulo mineiro

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Prof. Dra. Sabrina Rafaela Pereira Borges – UFU
Orientador

Prof. Blind Review – UFU
Membro

Prof. Blind Review – UFU
Membro

Uberlândia (MG), 20 fevereiro de 2026

RESUMO

O trabalho do contador, com o passar do tempo e o avanço da tecnologia vem sofrendo mudanças, dentre elas, há as constantes atualizações de sistemas públicos que geralmente mudam a rotina do usuário. Partindo sob o ponto de vista dos profissionais de escritório e de servidores na área fiscal, visto que os contadores precisam se adaptar com as ferramentas de trabalho, além da base técnica da área que muda constantemente, surge o questionamento de qual é a percepção de contadores do setor fiscal em relação à mudança de sistema de notas fiscais no âmbito municipal. Esta pesquisa de caráter descritiva e qualitativa foi conduzida por meio de entrevistas individuais online com oito contadores do setor fiscal e buscou-se compreender se a mudança de sistema municipal afetou a produtividade e eficiência, bem como analisar o nível de satisfação em relação a novo sistema. Os resultados mostram que houve impactos positivos e negativos na rotina do profissional, sendo os negativos relacionados com a questão da instabilidade do sistema, mais do que propriamente no modo de uso do mesmo e, os positivos associados a simplificações de processos que contribuem para uma economia de tempo, mesmo de forma modesta. Em relação ao novo sistema, houve insatisfação em função da mudança ter sido conduzida de forma repentina e incompleta, o que obrigou os usuários a usarem os dois sistemas. As respostas dos participantes apontam que o poder público municipal não levou em consideração as expectativas dos usuários no desenvolvimento e implantação do novo sistema.

Palavras-chave: Percepção. Contadores. Teoria da Legitimidade.

ABSTRACT

The accounting profession has progressively undergone transformations driven by technological advancements, among which the constant updates of public systems frequently alter users' routines. From the perspective of accountants in the fiscal area, since these professionals must adapt to work tools as well as to the technical changes in the field that occur constantly, the question arises as to what the perception of fiscal sector workers is regarding the municipal system change. Conducted as descriptive and qualitative research, the study involved individual online interviews with eight accountants working in the fiscal area. The study aimed to understand whether the municipal system change affected productivity and efficiency, as well as to analyze the level of satisfaction with the new system. The results indicate both positive and negative impacts on professionals' routines: the negative aspects were mainly related to system instability rather than its usability, while the positive aspects were associated with process simplifications that contributed to modest time savings. Regarding the new system, dissatisfaction emerged due to the transition being carried out abruptly and incompletely, which forced users to operate both systems simultaneously. Participants' responses suggest that the municipal government did not take users' expectations into account in the development and implementation of the new system.

Keywords: Perception. Accountants. Legitimacy Theory.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho do contador, com o passar do tempo e o avanço da tecnologia, vem sofrendo mudanças. De acordo com Santos, Santos e Leite filho (2020), com as inovações tecnológicas, a automatização dos processos se tornou parte da rotina nos escritórios contábeis, principalmente nas áreas contábil e fiscal. No Brasil, um avanço tecnológico que causou mudanças no cumprimento das obrigações foi o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que aumentou o controle do Fisco, através do fornecimento das informações das empresas de forma online, reduzindo custos e a evasão fiscal, e simplificando os processos (Silva, Costa, Silva; 2017).

Somado a isso, também se destaca a figura da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) que consiste em um documento digital que visa materializar os fatos geradores do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, onde o próprio contribuinte fornece os dados para emissão das notas (SPED, 2025). Desenvolvido pela Secretaria da receita Federal e por vários outros órgãos e entidades, o Sistema Nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica permite aumentar a eficiência da fiscalização, e graças as recentes inovações tecnológicas, com a uniformização e das informações fiscais, houve inclusão dos municípios pequenos (Silva, Torres, 2022; Batista, 2024; Brasil, 2023).

Estudos envolvendo portais municipais trabalham principalmente com duas linhas de pesquisa: *accountability*, transparência e prestação de contas, e efeitos da implementação dos portais na arrecadação dos municípios. Santos *et al.* (2019) pesquisaram como a prefeitura de Cuiabá elevou seu nível de transparência até conseguir atingir uma boa colocação no ranking de transparência ativa. Já Dias *et al.* (2019) elaboraram uma análise sobre prefeituras do Pará que assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão do Tribunal de Contas com a finalidade de cumprir a legislação de transparência e foi observado que a solução buscada pelos municípios de terceirização dos portais indicou um padrão superficial de transparência. Dorighetto *et al.* (2000) concluiu que com a implementação da NFS-e no município de Tomé-Açu, houve aumento de 7% na arrecadação em relação ao período anterior da implementação, e ainda trouxe que os servidores envolvidos consideraram que o processo de emissão de notas e a fiscalização foi simplificado e otimizado. Lucena, Alves e Sampaio (2022) também concluíram que houve maior arrecadação após a implementação da NFS-e em municípios do Rio Grande do Norte. Já Angeli e Martinez (2007) trouxeram que a implantação da NFS-e não aumentou a arrecadação de ISSQN per capita nos municípios avaliados.

Diante do exposto, partindo sob o ponto de vista dos profissionais de escritório, visto que os contadores precisam se adaptar com as ferramentas de trabalho, além da base técnica da área que muda constantemente, surge o questionamento “Qual é a percepção de contadores do setor fiscal em relação à mudança de sistema de notas fiscais no âmbito municipal?”. Desse modo, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção de contadores do setor fiscal em relação à mudança do portal de notas fiscais de serviço em uma prefeitura do Triângulo Mineiro, avaliando os efeitos dessa mudança na produtividade e na eficiência dos funcionários. Especificamente os propósitos desse trabalho são: identificar os principais fatores do ambiente de trabalho que foram alterados na mudança; avaliar a percepção dos contadores sobre essas mudanças e como elas afetam suas rotinas diárias; investigar a relação entre a percepção das mudanças no ambiente e a produtividade dos contadores e analisar o impacto da mudança do ambiente de trabalho na satisfação dos contadores do setor fiscal.

Guerreiro (2022) discute sobre a distância entre os achados da pesquisa contábil e os usuários da contabilidade, destacando que a pesquisa acadêmica atende principalmente os pesquisadores e não outros usuários. Almeida, Souza e Durso (2024) destacam que a profissão do contador passa por muitas mudanças e entender a percepção desses profissionais diante desse cenário se faz necessário para compreender como os trabalhadores são afetados. Sendo assim, esse estudo justifica-se por estar diretamente relacionado à qualidade da gestão pública e ao desempenho organizacional, avaliando como uma mudança por parte do poder público pode afetar as rotinas dos profissionais do setor fiscal. Mudanças no ambiente de trabalho podem impactar a produtividade e a satisfação dos contadores e dos servidores da área fiscal, influenciando a eficiência e a eficácia dos serviços prestados à população.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se fundamentou em teorias da administração pública e comportamento organizacional, especificamente na Teoria da Legitimidade. Empiricamente, como já citado, diversos estudos demonstram que mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho impactam a produtividade e o engajamento dos profissionais contábeis (Ferreira, Dobelin, Kettle, 2020; Jasim, Raewf, 2020; Santos, Santos, Leite Filho, 2020). Logo, a relevância deste estudo também se justifica pela escassez de pesquisas aplicadas ao setor fiscal no âmbito municipal relacionadas aos trabalhadores, um segmento estratégico para a arrecadação de receitas e manutenção dos serviços públicos. Dessa forma, ao investigar a percepção dos trabalhadores contábeis desse setor, a pesquisa contribui para a compreensão dos impactos das mudanças ambientais no desempenho e satisfação profissional, auxiliando gestores públicos na formulação de políticas de melhoria do ambiente organizacional e fiscal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, no referencial teórico será abordada a teoria da legitimidade e conformidade fiscal, essenciais para compreender as relações entre os agentes públicos e a sociedade. Além disso, serão discutidos os aspectos de gestão pública e eficiência fiscal no âmbito de trabalhadores da área fiscal, passando pelo subtópico de mudanças tecnológicas e impactos na produtividade do profissional contábil, que se mostram fundamentais para o entendimento de como as mudanças realizadas pelas instituições públicas podem afetar a produtividade do trabalhador, assim como as percepções dos contadores em relação a essas instituições também podem contribuir para a aceitação dessas mudanças.

2.1 Teoria da legitimidade e conformidade fiscal

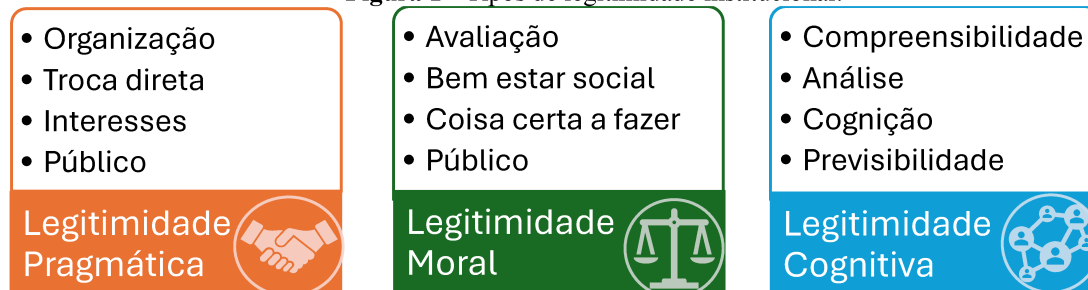
A teoria da legitimidade, dentro do contexto da contabilidade, diz respeito a interação entre as informações fornecidas pelas organizações à sociedade de modo geral (Pletsch *et al.*, 2014), tratando sobre o cumprimento do contrato social firmado entre as entidades e a sociedade, através de práticas e divulgações de políticas de responsabilidade social (Zyznarska-Dworczak, 2018). Assim, a teoria da legitimidade sugere que as empresas existem até o ponto em que a sociedade ou seu público-alvo as perceba como legítimas e, se necessário, reconheça essa legitimidade à organização (Beuren, Gubiani, Soares, 2013).

Suchman (1995) contribuiu com a análise sobre a legitimidade quando destacou que a legitimidade organizacional poderia ser abordada sob duas perspectivas: a legitimidade estratégica e a legitimidade institucional. A primeira se refere sobre a manipulação da opinião da sociedade através de símbolos e documentos, enquanto a segunda se destaca por analisar a organização setorial das instituições e sua interação com as pressões culturais e sociais (Suchman, 1995).

Ainda sobre a legitimidade institucional há três tipologias abordadas por Suchman (1995) como exemplifica a Figura 1. A legitimidade pragmática está relacionada com o atendimento dos interesses dos stakeholders por parte das organizações através da concordância de crenças, valores, entre outros, gerando assim, o apoio dos mesmos. A legitimidade moral se sustenta pela percepção de que a organização está agindo de forma correta, sendo as escolhas tomadas alinhadas com o senso de responsabilidade social, sustentabilidade e justiça;

legitimidade cognitiva ocorre quando as organizações são consideradas necessárias pois há um entendimento coletivo de que estas são normais aos ambientes.

Figura 1 - Tipos de legitimidade institucional.



Fonte: Adaptado de Suchman (1995).

Entendendo como as divulgações de relatórios podem ser usados como instrumento de legitimação, observa-se um aumento na quantidade de informações socioambientais divulgadas (Moreira *et al.*, 2014). Dessa forma vários estudos abordam a teoria da legitimidade relacionados com a divulgação contábil e com os custos políticos. Avelino, Colauto e Da Cunha (2012) puderam constatar que ter um porte tecnológico maior não implica em mais evidenciação de informações nos municípios pesquisados, sendo que as evidenciações atendem minimamente a legislação. Resultado parecido foi encontrado na pesquisa de Beuren e Sothe (2009), onde os estados da região sudeste possuíam evidenciações limitadas e na pesquisa de Araujo *et al* (2017) onde se constatou que há uma busca por legitimidade através das divulgações contábeis, porém elas não cumprem totalmente seu papel, já que não atendem de forma total os critérios de evidenciação das características qualitativas conforme o CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico. Inagaki e Besen (2023) avaliaram as estratégias de legitimidade mais utilizadas nos relatórios socioambientais de uma Usina Hidrelétrica e concluíram que houve predominância na utilização de estratégias para ganhar legitimidade. Machado e Ott (2015) constataram que as empresas brasileiras que fazem parte da carteira ISE da BM&FBOVESPA utilizam como forma de legitimação social, a evidenciação ambiental, utilizando de forma equilibrada as três formas de legitimidade (pragmática, cognitiva e moral).

A teoria da legitimidade propõe que as instituições, para obterem e manterem sua aceitação social, precisam alinhar suas ações às expectativas e valores da sociedade. A aceitação de sistemas públicos está diretamente relacionada à essa teoria, pois a percepção dos usuários sobre eficiência e confiabilidade influencia na credibilidade institucional. No contexto fiscal, essa teoria assume papel crucial, pois a eficiência das políticas fiscais está intrinsecamente

ligada à percepção pública de sua justiça e legitimidade. Assim, quando as instituições são consideradas legítimas, os cidadãos enxergam valor no sistema fiscal, o que potencializa sua eficiência ao ampliar a adesão e o suporte às políticas públicas.

2.2 Gestão pública e eficiência fiscal

A eficiência fiscal é um dos pilares fundamentais da gestão pública, pois representa a capacidade do governo de administrar recursos financeiros de maneira equilibrada, garantindo que receitas e despesas sejam alocadas de forma estratégica para atender às necessidades da sociedade. Através de práticas transparentes, controle orçamentário e políticas eficazes, a eficiência fiscal contribui para a sustentabilidade das contas públicas e para o desenvolvimento econômico do país. Para que essa eficiência seja reconhecida e aceita pela sociedade, é essencial que o governo mantenha sua legitimidade. Dessa forma, a busca por um equilíbrio fiscal não se limita apenas à arrecadação de tributos, mas envolve também transparência na administração pública, a prestação de contas e a participação cidadã.

Para que haja uma convivência digna e igualitária na sociedade, a administração pública através de suas ações coordenadas, possui papel fundamental na garantia do bem-estar social (Silva, Vasconcelos, 2024). Da Silva e Crisóstomo (2019) trazem que é essencial que o poder público consiga alocar os recursos de forma eficiente a fim de conseguir manter a economia estável e distribuir os benefícios sociais; dessa forma a gestão dos recursos determina o grau de eficiência do setor público, já que são relacionados diretamente. Assim, contribuindo para que o cidadão tenha acesso garantido aos serviços básicos, é primordial uma boa gestão fiscal (Silva, Vasconcelos, 2024). Ainda de acordo com Silva e Vasconcelos (2024), os municípios possuem muita dificuldade em atingir os objetivos, já que o repasse de verbas é feito com base na adimplência e reputação evidenciadas por suas contas equilibradas e transparentes.

Para contribuir com a eficiência da gestão pública, foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal, no qual surgiu em um contexto que havia necessidade de estabelecer limites, metas numéricas para os gestores, visando reduzir déficits fiscais, conter o endividamento e promover uma postura fiscal mais responsável (Ferreira *et al.*, 2023). Para avaliar o desempenho dos municípios no controle de gastos, investimentos e na garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, foram criados indicadores destinados a acompanhar o comportamento desses municípios (Ferreira *et al.*, 2023). Como destaca Sousa *et al.* (2013) os indicadores têm como propósito medir a eficiência da gestão pública municipal, além de verificar os avanços

obtidos em desenvolvimento econômico e social. Conforme Murshed *et al.* (2020), além de garantir que a execução orçamentária esteja alinhada às metas estabelecidas e aos princípios de transparência, a gestão fiscal tem o potencial de assegurar os recursos indispensáveis para a implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais. Araújo e Rodrigues (2017), associam a eficiência da gestão pública à execução orçamentária, destacando que as variações no orçamento integram um sistema de controle e monitoramento voltado para a eficácia e eficiência, desempenhando um papel crucial na avaliação de resultados.

Diante do exposto, observa-se que a eficiência fiscal e a gestão pública são influenciadas pelas estruturas normativas e orçamentárias, no entanto, há uma lacuna na pesquisa acadêmica ao analisar a relação entre eficiência fiscal e trabalhadores fiscais, sendo que a atuação desses profissionais pode impactar significativamente a execução das políticas tributárias e orçamentárias. Além disso, observa-se que, ao formular e modificar leis fiscais, frequentemente não são considerados os efeitos sobre os níveis mais operacionais da administração, o que pode comprometer a eficiência em escalas menores.

2.2.1 Mudanças tecnológicas e impactos na produtividade do profissional contábil

O desenvolvimento tecnológico contribuiu para que a prestação de serviço do contador saísse do âmbito de apuração de tributos e entrega das declarações acessórias para um serviço de consultoria e gestão de negócios, expandindo a posição do contador gerencial (Ferreira, Dobelin, Kettle, 2020). A tecnologia de informação aumentou a eficiência e eficácia da simplificação dos procedimentos contábeis, o que facilitou a tomada de decisões de gestão, melhorou a capacidade de atingir metas estratégicas e comerciais, aumentando a expansão dos negócios e da confiança do público (Jasim, Raewf, 2020). O contador passou a ser visto como um agente capaz de agregar valor aos clientes (Guerra, 2023) e nas organizações (Cardoso, Souza, Almeida, 2006).

As mudanças que as inovações tecnológicas propiciam, também estão presentes na educação e Lyan (2013) chama a atenção no contexto chinês quando aponta que com o crescimento dos ambientes comerciais, graças ao desenvolvimento da internet, o mercado exige cada vez mais habilidades do profissional contábil, inclusive a de autoaprendizagem, e isso gera a necessidade das universidades e dos professores de se atualizarem com essas demandas. Martendal, Hoffman e Martins (2020) também citam a questão da educação no Brasil, trazendo que os coordenadores de curso de ciências contábeis, procuram oferecer disciplinas que tenham

mais competências da tecnologia da informação além de disponibilizarem os próprios sistemas contábeis.

Filipin *et al.* (2016) analisaram que os profissionais de contabilidade de escritórios, diante da implantação do e-Social, buscaram cursos, treinamentos e outras formas de se atualizarem com o novo sistema, o que evidencia que o contador está em constante aprendizado. Silva *et al.* (2020) trazem que as atualizações tecnológicas e de sistemas desempenham um papel essencial na adaptação dos profissionais contábeis às demandas do mercado, pois os profissionais que não conseguem se atualizar perdem oportunidades de atuação. Assim, conforme Zwirtes e Alves (2014), os profissionais precisam estar em constante atenção em relação às inovações tecnológicas, que avançam em ritmo acelerado, trazendo uma frequente necessidade de atualização por parte dos escritórios de contabilidade que buscam aprimorar suas tarefas com informações mais seguras e objetivas. Isso traz desafios para os profissionais de escritórios que precisam se atualizar tanto com a parte normativa da contabilidade, quanto com os sistemas utilizados no seu dia a dia (Silva *et al.*, 2020). A figura 2 traz um resumo dos principais efeitos desencadeados pelas mudanças tecnológicas apontados pelos autores citados.

Figura 2 - Resumo dos impactos desencadeados pelas mudanças tecnológicas



Fonte: Elaborado pela autora com base em Ferreira, Dobelin e Kettle, (2020); Jasim e Raewf, (2020); Martendal, Hoffman e Martins (2020); Lyan (2013); Filipin *et al* (2016); Silva *et al.* (2020); Zwirtes e Alves (2014).

Assim, como exposto, as mudanças envolvendo as tecnologias impactam diretamente o trabalhador fiscal, que precisa utilizar estratégias próprias para se adaptar à essas mudanças e manter a produtividade. Logo, quando há mudanças no governo, seja implementação de novas leis, alterações em serviços públicos ou a reformulação de sites institucionais, é essencial que haja um planejamento estruturado para minimizar os impactos na rotina dos usuários. Dessa forma, um processo de divulgação antecipada e educativa é fundamental para garantir que as mudanças sejam assimiladas gradualmente, evitando confusões, resistência e possíveis falhas na aplicação prática das novas diretrizes. Ao investir em transparência e capacitação, o governo pode fortalecer sua relação com os cidadãos e otimizar a eficiência das políticas públicas.

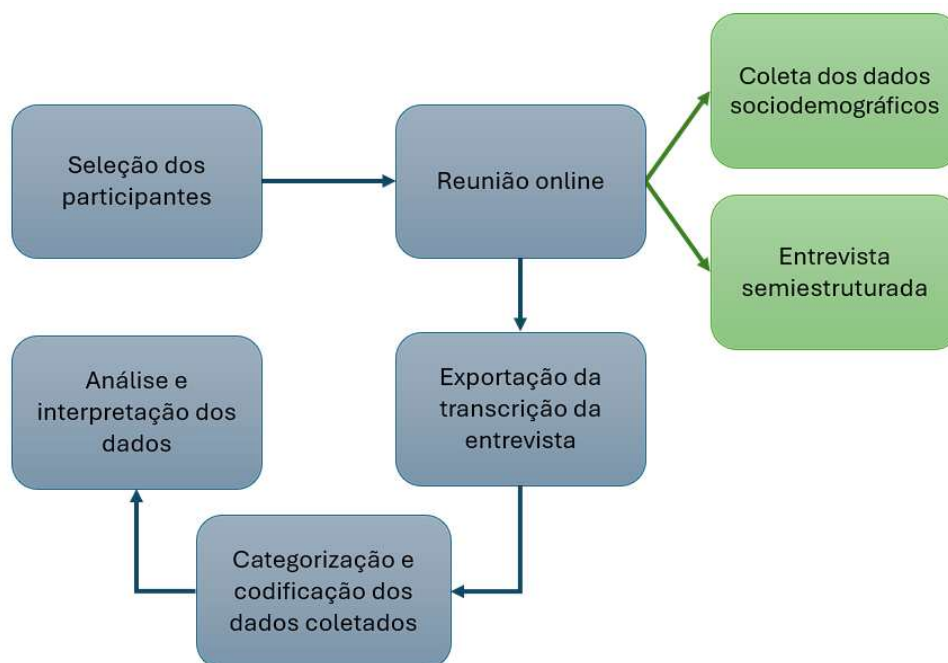
3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como descritiva pois buscou descrever as características da percepção de trabalhadores do setor fiscal em relação a mudança de site de prefeitura, se enquadrando na definição de Martins e Theóphilo (2016) de que as pesquisas descritivas têm como propósito principal analisar e detalhar as características de uma população ou fenômeno específico. Nesta pesquisa houve a coleta de dados através de uma entrevista individual semiestruturada, que pode ser conferida no Apêndice A, onde os dados foram avaliados de forma qualitativa, como define Martins e Theóphilo (2016) trazendo que a abordagem qualitativa é necessária quando: “O fenômeno específico a ser estudado só pode ser captado através da observação e/ou interação, ou quando o que se quer conhecer é o funcionamento de uma estrutura social, sendo necessário estudo de um processo”.

A amostra desta pesquisa é composta por um grupo de oito pessoas que são contadores, que trabalham no setor fiscal, que tenham utilizado o sistema de notas fiscais de serviço anterior da prefeitura, e que utilizem o sistema atual, seja no setor privado ou público. Os sistemas de notas fiscais de serviço analisados neste trabalho pertencem a um município localizado no Triângulo Mineiro em Minas Gerais que, em 2022, possuía 713.224 habitantes, e um PIB *per capita* de R\$ 71.598,38 em 2023 (IBGE, 2026). O método bola de neve foi o critério para a seleção da amostra, onde houve o contato inicial com trabalhadores próximos à autora e a solicitação para indicar outros participantes para a pesquisa. De acordo com Baldin e Munhoz (2012) essa técnica corresponde a um método de amostragem não probabilística, frequentemente utilizado em pesquisas sociais, onde o processo inicia-se com um grupo de participantes que indicam novos integrantes para o estudo. Esses, por sua vez, recomendam

outros participantes, criando uma cadeia contínua de referências, assim, a técnica também conhecida como *snowball* (bola de neve) baseia-se em uma rede de indicações que facilita a coleta de dados (Baldin e Munhoz; 2012).

A entrevista individual ocorreu de forma online e iniciou com a coleta das variáveis sociodemográficas, com perguntas sobre sexo, idade, cargo atual e tempo de atuação no setor fiscal. Em seguida, houve a coleta das variáveis sobre o ambiente de trabalho da prefeitura, com perguntas sobre como era antes e como ficou; seguida pelas percepções e sentimentos em relação a essa mudança. A entrevista se finaliza com perguntas sobre as variáveis de produtividade e eficiência, além da satisfação dos participantes com o novo ambiente. Os participantes da entrevista assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir que todos estejam cientes dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos envolvidos e de seus direitos, assegurando o sigilo das informações e a proteção dos dados coletados. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está disponível no Apêndice B. A entrevista foi gravada e ocorreu através da plataforma Teams, e para manter o anonimato dos participantes, houve uso de apelidos. As reuniões foram transcritas e extraídas pela própria plataforma do Teams e os dados foram analisados através do método de análise de conteúdo que permite interpretar significados, padrões e temas dentro de textos, discursos ou outros materiais. Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021) definem análise de conteúdo como um método essencial na pesquisa qualitativa, pois possibilita a interpretação dos sentidos e significados das comunicações. Esse processo considera tanto o contexto e as condições do emissor da mensagem quanto as do receptor, analisando os efeitos gerados pela comunicação. Para Bardin (2016) o método de análise de conteúdo consiste em três partes: Pré-análise – onde se faz a seleção do material e leitura flutuante para formulação de hipóteses e definição do *corpus*; Exploração do material – onde se codifica os dados por categorias ou unidades de registro para organização das informações; e Tratamento dos resultados, inferência e interpretação – onde se acontece a análise propriamente dita, com interpretações baseadas nos objetivos da pesquisa. Dessa forma, o fluxo de análise desta pesquisa se dá da seguinte forma:

Figura 3 - Fluxograma da metodologia de pesquisa

Fonte: elaborado pela autora

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões e significados recorrentes nas falas dos participantes. A amostra foi composta por 8 entrevistados, 5 homens e 3 mulheres, com idade média de 36 anos, variando entre 22 e 46 anos, todos formados em ciências contábeis. Quanto ao cargo atual há 3 assistentes fiscais, 4 analistas fiscais e um sócio de escritório e técnico de contabilidade de uma Universidade. O tempo de atuação na área fiscal foi em média de 6 anos variando entre 3 e 15 anos. No Quadro 1 há a descrição completa do perfil sociodemográfico dos participantes.

A análise foi dividida em três categorias principais que refletem as percepções dos participantes sobre o fenômeno investigado: (1) Percepções sobre os sistemas da prefeitura, (2) Produtividade e Eficiência e (3) Satisfação com o novo sistema. Nos tópicos a seguir, cada categoria é apresentada e ilustrada com trechos das falas dos participantes, de modo a evidenciar os sentidos atribuídos às experiências relatadas.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos entrevistados.

Participante	Sexo	Idade	Cargo	Tempo de atuação (em anos)
1	M	25	Assistente fiscal	3
2	M	22	Analista fiscal	3
3	F	39	Analista fiscal	10
4	M	46	Assistente fiscal	4
5	F	29	Analista fiscal	3
6	M	41	Analista fiscal	15
7	F	23	Assistente fiscal	3
8	M	36	Empresário contábil	9

Fonte: elaborado pela autora

4.1 Discussão sobre a percepção sobre os sistemas da prefeitura

Ao longo deste tópico é apresentado as percepções sobre os sistemas da prefeitura em três momentos, sendo o primeiro referente as percepções sobre o sistema antigo da prefeitura, o segundo trata sobre o momento de transição entre os sistemas e o terceiro discute as impressões sobre o novo sistema. A primeira pergunta realizada aos entrevistados foi “Como era a utilização do antigo sistema? Quais as facilidades e dificuldades?”. As respostas variaram bastante com a maioria dos entrevistados citando termos como “simples”, “fácil de se mexer”, “tranquilo” e “intuitivo”, o que gerou os códigos do Quadro 2. O participante 4 comentou que “Eu acho que ele era bem, é... autoexplicativo. E tinha facilidade para [...] utilizar o sistema”. Também houve opiniões contrárias com a participante 7 dizendo “Ele tinha um leiaute meio... o que eu posso dizer? Meio complexo assim... Acho que não ficava muito claro as coisas lá nele”. O participante 1 resumiu sua fala dizendo que:

Era bem simples mesmo. Era muito tranquilo de se mexer. Era muito funcional. A única coisa que eu não gostava dele é que tinha hora que ele caia e demorava muito pra voltar. Mas fora isso é um sistema bem simples. Não... dificuldade ao decorrer do tempo, com ele eu nunca tive. Era muito muito fácil de mexer em si mesmo.

Os entrevistados resumiram que embora o sistema era simples, o que facilitava o uso, havia momentos com muita instabilidade, o que dificultava a execução das tarefas.

Quadro 2 – Códigos das respostas da primeira pergunta.

Como era a utilização do antigo sistema? Quais as facilidades e dificuldades?	
Termos	Nº de participantes
Facilidade de uso	7
Simple	3
Intuitivo	2
Leiaute complexo	2
Instável	3
Muitas funções	3

Fonte: elaborado pela autora

Quando perguntado sobre “Quais tarefas ou processos eram mais demorados ou complexos no sistema antigo?” alguns comentaram que não havia nenhuma atividade complexa ou demorada no sistema, mas que a dificuldade estava nos momentos em que o site saía do ar, conforme a Participante 3 pontuou “Complexo, eu acho que não. Assim, não tinha coisa complexa, o que era difícil lá era só a questão de você tentar emitir a nota na hora que o cliente solicita e nem sempre o site estava disponível e funcionando para conseguir emitir a nota”. Porém o entrevistado 4 trouxe um contraponto comentando que “Então eu acho que a parte de escrituração de nota fiscal, [...] tinha também o cancelamento [...]. Eu acho que o processo demorava um pouquinho.”. As respostas variaram muito com o termo “facilidade de uso” o mais usado (sendo utilizado por 6 participantes) para descrever as tarefas no sistema antigo e não houve citações diretas de atividades ou processos que eram demorados ou complexos.

Sobre o momento de transição entre os sistemas foi questionado “Quais dificuldades você encontrou a se adaptar ao novo sistema?”. Os entrevistados citaram ter uma dificuldade inicial com a mudanças de sistemas, pois no início havia uma certa limitação no novo sistema, sendo alguns processos realizados no novo e outros no antigo, constantes falhas, a obrigatoriedade de ter um certificado para acessar o sistema, a necessidade de ter que acessar os dois sistemas simultaneamente, dentre outros. Sobre o certificado, alguns pontuaram como uma novidade, como comentou o participante 8 “É, tirou uma coisa que, apesar de ser assim, foi uma quebra de paradigma. Mas hoje já está se habituado assim de que o acesso é só por certificado digital” e outros trouxeram essa necessidade como uma dificuldade, conforme relato da participante 3 “E aí isso aí, a questão do certificado foi um transtorno que aí a gente passou uma lista e obrigou o cliente a fazer o certificado só para emitir nota. No site antigo não tinha necessidade, né? Você logava com usuário e senha e conseguia entrar no site e emitir nota normal”.

Quando perguntados se a comunicação durante a transição foi clara e eficiente, apenas um entrevistado afirmou que foi eficiente, mas com ressalvas “Não, claro que poderia ser mais eficiente, mas é, eu estava ciente da mudança [...] Eu lembro de ter de ter recebido essa notificação e de ter consultado [...]”. Os outros 7 participantes consideraram que a comunicação sobre a mudança foi ineficiente e um deles cita que foi tardia “Parece que foi meio em cima da hora assim. O aviso que viram que ia mudar...a gente viu meio em cima da hora, avisou em cima da hora os clientes. Parece que a própria [prefeitura] soltou esse comunicado meio em cima da hora”. O entrevistado 8 traz um comentário citando a necessidade do autoaprendizado:

Não, a gente acha que não, foi na marra mesmo, na dor. E aí a gente que vai, eu falo que estou aqui no... eu trabalho na esfera pública e na privada, eu estou aqui na privada. A gente repassar isso para o cliente. Assim o cliente espera... o cliente não quer acessar lá. e não saber o que tá acontecendo. Então a gente tem que saber primeiro, depois passar para o cliente. E aí foi assim, na marra. A gente tem que ir aprendendo e ia fazendo teste, logava com o login nosso para ver o que era e acessava para ver até onde o sistema conseguia levar, para depois a gente levar essa informação para o cliente e dar esse resumo para ele.

Para a quinta pergunta “Houve algum tipo de treinamento por parte da prefeitura” todos os entrevistados disseram que não houve nenhum tipo de treinamento formal e que dessa forma houve o autoaprendizado. O participante 2 comenta que “Não, só comunicado mesmo. A prefeitura não se dispôs a dar nenhum treinamento, inclusive se você buscar alguma dúvida no site atual, ele manda para as respostas do site anterior[...] então até nisso você tem que penar um pouquinho pra aprender”.

Direcionando para o novo sistema as perguntas feitas para o sistema antigo, começando com “Como é a utilização do novo sistema? Quais as facilidades e dificuldades?” houve citações sobre a transição incompleta em que há processos que não foram transferidos para o novo sistema, como ressalta o participante 1 “tá faltando coisa, exemplo carta de correção, tiraram não tem como fazer mais; a escrituração, sempre que você vai fazer uma escrituração de nota, ele te joga para o portal antigo, tem que fazer no portal antigo, então tem umas coisas para melhorar”. Foi citado a questão da instabilidade por 3 entrevistados “Todo dia, tipo, o cliente ficava pedindo nota o dia inteiro, e aí você, você conseguia emitir, sei lá, 2 notas por dia, 5 notas por dia em determinado horário lá, você conseguia emitir. Aí passava 20 minutinhos e não conseguia emitir mais”. Também houve comentários positivos sobre o leiaute que ficou mais simples, a facilidade e a possibilidade de clonagem na emissão de notas, e a disponibilização de vídeos com instruções que saiu depois de vários meses após a transição, o que não tinha no sistema anterior.

Sobre quais tarefas ou processos são mais demorados ou complexos no sistema novo, a maioria dos participantes disseram que não há complexidade, um entrevistado citou que o sistema apresenta erros momentâneos e que o sistema foi sendo atualizado aos poucos, facilitando o uso. O participante 6 citou que o único processo que ficou mais complexo no sistema novo foi a emissão de guias.

4.2 Produtividade e eficiência

Quando perguntados se o novo sistema ajudou a economizar tempo ou a simplificar processos e de que forma, a maioria das respostas indica que não houve economia de tempo, mas houve muitas citações sobre como foi difícil no início para se adaptar com o novo sistema, e como a instabilidade também influenciava na utilização do mesmo. Um participante citou que o novo sistema é mais prático que o antigo, possuindo um leiaute mais simples e que isso ajudava a ter uma gestão de tempo melhor, por mais que no início havia a questão da adaptação. A adaptação de um novo sistema possui desafios como mostra o estudo de Ruschel, Frezza e Utzig (2011) em que foi analisado os impactos do SPED na perspectiva do profissional contábil, tendo como um dos achados que a adaptação ao sistema é trabalhosa e a maioria das empresas não se adaptaram a tempo.

Ao serem questionados sobre como era a avaliação da produtividade agora em comparação com o sistema anterior, a maioria citou que não houve mudanças nesse quesito, com 7 participantes dizendo que a produtividade se manteve igual. Apenas uma participante considera que houve uma piora na produtividade citando a questão dos relatórios que eram mais detalhados no sistema anterior e que isso “acaba querendo ou não, enrola mais o seu trabalho”.

Quanto à produtividade há uma aparente contradição: embora a maioria dos entrevistados perceba o sistema como instável, também afirmam que isso não afetou sua produtividade. Esse paradoxo sugere que os participantes não percebem a instabilidade à perda de desempenho, e isso possivelmente se deve ao fato dos dois sistemas apresentarem constantes falhas, possuindo uma certa limitação compartilhada.

Quando discutido se a mudança gerou algum tipo de transtorno com a chefia ou com os clientes, a dificuldade de adaptação do cliente foi citada por 5 participantes, que disseram que o cliente acionava muito os profissionais para retirada de dúvida, tendo os profissionais o papel de suporte, o que também foi citado por 5 participantes. Isso pode ser visto no resumo do comentário da participante 7:

Eu acho que com os clientes foi a pior parte, né? Até eles começar a costumar, conseguir usar..Então, até a gente conseguir... manter ali, né? O padrão com o cliente pra eles conseguirem entender melhor o sistema, conseguir pegar direito, como é que funcionava o processo.. Acho que foram alguns meses de adaptação, tanto pra equipe quanto pro próprio cliente.

O participante 1 enfatiza a questão do suporte que os profissionais precisaram prestar para o cliente dizendo que “ah com o cliente sim né, porque eles estavam acostumado a mexer no portal antigo, então teve que fazer uns treinamentos, ensinar como que emitia novamente, porque nesse portal tem vários cliques [...]”.

4.3 Satisfação com o novo sistema

Iniciando o tema da satisfação com o novo sistema, temos o resumo das respostas diretas no quadro 3, abaixo.

Quadro 3 - Códigos sobre a satisfação com o novo sistema.

Você está satisfeito com o desempenho do novo sistema? Por quê?	
Termos	Nº de participantes
Sim	2
Não totalmente	1
Não	5

Fonte: elaborado pela autora

Os participantes que afirmaram que não estão satisfeitos citaram como justificativa a transição incompleta dos processos, a falta de informações e a instabilidade do sistema. Um dos dois participantes que disseram sim, citou que atualmente já está melhor por ter tido atualizações. O participante que afirmou não estar totalmente satisfeito, comentou que o sistema tem pontos positivos trazendo que “ele gera uma certa praticidade e uma economia de tempo” e que o sistema tem uma agilidade no acesso dos menus. Porém o entrevistado também afirma que o fato de ter poucas funcionalidades por conta da transição incompleta, de não estar satisfeito com os relatórios e que pelo sistema dar a impressão “de que foi enfiado goela abaixo”, fica a impossibilidade de ter a satisfação plena com o novo sistema. O desafio de um sistema de emissão de notas fiscal de serviços de prefeitura satisfazer o usuário foi analisado por Santiago (2017) que entrevistando contribuintes, contadores e administradores evidenciou

que o sistema apresenta falhas na usabilidade e aceitação, com o sistema não suprimindo as necessidades dos usuários por ter um desempenho insatisfatório e demandar mudanças estruturais.

Quando perguntados se o sistema atendeu as expectativas iniciais, a maioria dos entrevistados disseram que não atendeu, citando que houve dificuldade de adaptação no início da implantação. O Participante 4 trouxe que “Não, iniciais não, iniciais ele, ele ficou bastante a desejar e eu acho que ainda está a desejar e eu acho que assim não sei se eles ainda estão trabalhando essas questões”, também citou que a insatisfação continua após tanto tempo por conta da transição incompleta, pois isso traz a necessidade de utilizar os dois sistemas. Apenas um participante disse que o sistema atendeu as expectativas dizendo que “Olha ele atende. Ele consegue buscar as notas, consultar as notas de gerar relatório, então, sim, atende, atende as expectativas”.

A percepção de insatisfação e de quebra de expectativa com o novo sistema por parte da maioria dos entrevistados, sugere um distanciamento entre a esfera pública e os usuários. Esse contexto contrasta com a ótica da teoria da legitimidade, uma vez que a mudança de sistema foi implementada sem considerar adequadamente os interesses e demandas dos stakeholders. Dentro da legitimidade pragmática, estes achados demonstram que a busca por aceitação institucional não se sustenta quando as necessidades práticas dos usuários não são atendidas, comprometendo a percepção de credibilidade e confiança por parte da instituição pública.

Sobre quais são os pontos fortes do novo sistema houve citações de relatórios de notas, clonagem de nota, como relata o participante 6 “A do novo sistema, aquela parte de copiar a nota, duplicar a nota, ela é bom. No antigo eu não lembro... acho que não tinha aquela função.”. Também houve comentários de melhoria da emissão em lote, menu prático, emissão de guias, acesso por procuração, simplificação na emissão de notas e tutorial em vídeo.

Em relação ao quão fácil foi aprender a utilizar o novo sistema, 6 participantes citaram que o aprendizado foi fácil, como destaca o participante 2 “Assim, para quem tem conhecimento técnico, não é complicado. Entretanto, como eu disse anteriormente, a prefeitura não se dispôs a atualizar os dados para o sistema novo, então qualquer dúvida, qualquer problema que tiver, a gente busca as informações..que me joga até o site antigo”. O participante 4 destaca que o novo sistema possui um menu prático e que os processos são intuitivos, o que facilitou no aprendizado. O entrevistado 1 comenta que “não tive tanta dificuldade assim, mas no começo foi um pouco difícil” e cita que a mudança de procedimentos gerou dúvidas. Já o participante 8 afirma que “Não foi fácil, não. Assim foi difícil, foi na marra. [...] A gente tem que ser meio

que autodidático. Teve que ir aprendendo e fuçando, vai mexendo, vai mexendo, vai emitindo as notas aqui do escritório para ver como é que emite”.

Quando perguntados se as ferramentas ou funções do sistema são intuitivas e acessíveis 7 dos participantes considera que o sistema é intuitivo e apenas um participante considera que não, dizendo que “A questão maior não é ser intuitivo ou não, mas sim quanto ao que o sistema disponibiliza [...] Eu acho que as vezes ele não atende o que você está querendo”. O Participante 2 ressalta que embora o sistema tenha uma certa facilidade, há processos que não possuem informações claras como é o caso do cancelamento de nota dentro do sistema, em que para concluir o processo o usuário deve clicar em um símbolo de “joinha”, supondo que isso vá cancelar a nota pois não há nenhuma informação de que isso irá cancelar a nota de fato. O participante 6 também faz ressalvas sobre o sistema:

São [intuitivos], do ponto de vista, são. Não tem tanta dificuldade. Tem sistema que é até pior que ele, você conseguir achar onde que vai baixar a nota, tem sistema de outras prefeituras, para você conseguir achar o lugar de baixar nota, de emitir nota, é mais complexo do que esse. Esse é só essa parte de falha mesmo. Você vai gerar uma guia, às vezes gera rápido, às vezes não gera, a parte de relatório também não, não é muito bom. Mas a parte lá de baixar nota, baixar nota de serviço tomada, de serviços prestados e de emitir a nota não, não, não é tão complexo não.

Sobre o suporte da prefeitura, foi questionado se é eficiente e se atende as demandas dos participantes, houve afirmações de que o suporte responde apenas por email, com o tempo de resposta variando conforme a demanda da equipe. Também foi comentado que sempre há uma resolutiva das demandas do suporte via email, sendo nenhuma demanda ignorada, porém foi citado que no momento de implementação do novo sistema, era difícil o contato com o suporte.

Por último foi perguntado como era a avaliação da comunicação da equipe responsável pela mudança e todos os participantes afirmaram que a comunicação foi ineficiente pois muitos ficaram sabendo em cima da hora. O participante 2 comentou que “É, eu avalio como ineficiente. Teve só um comunicado e as informações não foram atualizadas completamente” o que corrobora com o relato do entrevistado 6 “É, eu acho que teve uma falha que eles podiam ter avisado isso bem antes, né? Para ser mais tranquilo. Acho que eles soltaram a nota lá meio em cima da hora, podia ter apresentado o sistema melhor, tipo um curso. Eu acho que isso, eles falharam nisso. Mudança repentina assim”. Como a notícia da mudança não chegou aos participantes desta pesquisa, houve insatisfação conforme relata a participante 3:

Por exemplo, eles não faz nenhum, como que fala, contato com os contadores, eles também não questionam se precisa melhorar. Eles nunca foram abertos, né? Com os contadores, nunca reuniu, nunca solicitou. O suporte dele para mim é muito ruim. Eles

poderiam disponibilizar, sei lá o manual, informando melhoria, é... o que... O que facilitou e tal, mas eu não vi isso. Pelo menos eu não vi não.

O participante 8 trouxe uma observação relevante sobre a questão dos MEIs. Esse grupo de empresários geralmente usa o sistema da prefeitura apenas para emitir poucas notas e como são desobrigados a escrituração contábil, tendem a não ter tanto contato com contadores. Dessa forma:

Do dia para noite, eles migraram para aquele sistema nacional, porque aí eles nesse sistema [novo] agora eles não entraram. É do dia para noite, eles já não tinha o emissor mais, já foi direto do sistema nacional. É então assim para essa turma foi muito desgastante. Acaba que sobrecarrega para gente aqui também, porque o pessoal vem na, apesar de não ter contador, mas às vezes vai atrás na hora que precisa. Eu acho que poderia ter sido melhor, ter informado em outros canais, em outros lugares.

O usuário do sistema que não ficou sabendo da mudança dos sistemas com antecedência foi pego de surpresa, pois da noite para o dia começou a ser necessário o uso do certificado para realizar o login no sistema, entender como funcionava o sistema, tudo isso sem instrução nenhuma. O trabalhador da área fiscal teve que exercer o autoaprendizado para conseguir realizar seus processos diários e repassar para o cliente. Em síntese, os dados coletados revelam como a mudança de sistema trouxe impactos no dia a dia do profissional, confirmando a relevância dos fatores investigados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco principal deste estudo foi compreender as percepções dos contadores do setor fiscal em relação a mudança de sistema da prefeitura, como essa mudança afetou o dia a dia do usuário do sistema, e como já ressaltado, não existem pesquisas diretas na literatura que permita fazer comparações com outros resultados. Porém foi possível situar os achados desta pesquisa dentro do contexto de discussões em áreas correlatas.

Os resultados mostram que houve impactos positivos e negativos na rotina do profissional, sendo os negativos relacionados com a questão da instabilidade do sistema, mais do que propriamente no modo de uso do mesmo e, os positivos associados a simplificações de processos que contribuem para uma economia de tempo, mesmo de forma modesta, como é o caso da clonagem e emissão de notas. Ainda assim os entrevistados não detectaram mudanças significativas na produtividade e na eficiência na utilização entre os dois sistemas. Desse modo, os participantes demonstram que a mudança de sistema trouxe desafios nos momentos iniciais

pois como a mudança foi feita de uma forma repentina, a maioria dos entrevistados não ficou sabendo a tempo de se preparar e preparar os clientes. Juntamente com a falta de informações e de treinamento, foi necessário desenvolver o autoaprendizado, fato que já é bem conhecido pelo contador (Filipin *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2020). Robbins (2010) destaca que a demanda por um profissional que se adapte e que seja capaz de responder rapidamente às mudanças tecnológicas gera a necessidade de condições que promovam o aprender a aprender, o que pôde ser visto entre os entrevistados desta pesquisa.

Em relação ao novo sistema, os participantes demonstraram insatisfação em função da mudança ter sido conduzida de forma repentina e incompleta, o que obrigou os usuários a usarem os dois sistemas. Mesmo possuindo um leiaute mais acessível e intuitivo, e ainda processos mais dinâmicos, a transição incompleta traz um desgaste para o usuário. Depois de dois anos da implantação do novo sistema, ainda há funções que estão no sistema anterior e como a reforma tributária está começando a ser implantada, obrigando os municípios a utilizarem o padrão nacional da nota fiscal de serviço, o profissional terá que se ajustar novamente perante os novos processos e ao sistema que a prefeitura vai adotar.

As respostas dos participantes desta pesquisa apontam que o poder público municipal não levou em consideração as expectativas dos usuários no desenvolvimento e implantação do novo sistema. Dessa forma, como a mudança foi repentina para a maioria dos entrevistados, essa percepção indica um desalinhamento entre a prática do órgão público e as expectativas dos usuários. De acordo com a Teoria da Legitimidade, as organizações precisam ajustar suas ações às demandas sociais para manter sua legitimidade perante os *stakeholders* (Suchman, 1995) e neste caso, a ausência de alinhamento compromete a legitimidade institucional. Algo que poderia ter contribuído para atenuar a insatisfação vista nos participantes desta pesquisa, seria a criação de um comitê voltado para mitigar as percepções negativas, tendo contato direto com os usuários e seus *feedbacks*. Assim, haveria mais confiança no processo de mudança e a transição seria conduzida de maneira mais suave.

A pesquisa possui limitações quanto ao tamanho reduzido da amostra e ao método de amostragem por bola de neve, pois essa estratégia, embora seja útil para acessar grupos específicos, tem a tendência de restringir a diversidade de perfis, podendo gerar vieses de seleção, uma vez que os entrevistados indicam pessoas de seus próprios círculos. Dessa forma, os resultados não podem ser generalizados para a população geral, devendo ser interpretados como representativos apenas do grupo analisado, sendo os achados indicativos, e não conclusivos.

Diante das limitações do estudo, sugere-se a realização de replicação deste estudo com uma amostra mais ampla, de modo a aumentar a representatividade dos resultados e possibilitar análises comparativas entre diferentes perfis de participantes. Tal abordagem contribuiria para validar os achados apresentados nesta pesquisa e oferecer uma compreensão mais abrangente sobre a investigação. Outra proposta é analisar a percepção dos profissionais da área fiscal acerca da mudança que a reforma tributária está causando no âmbito municipal. No Brasil há 5.570 municípios (IBGE, 2026) e cada um deles tem a opção de aderir o portal nacional emissor de notas ou de ajustar o sistema que já utilizam para atender o padrão nacional. Esse tipo de pesquisa permitiria compreender como a mudança irá impactar a rotina de trabalho, a adaptação às novas exigências legais e a eficiência dos processos internos, além de identificar eventuais lacunas na comunicação entre gestores públicos e contribuintes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana da Silva; SOUZA, Gustavo Henrique Dias; DURSO, Samuel de Oliveira. Transformação digital na contabilidade: um estudo da percepção de profissionais contábeis. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, Divinópolis, v. 13, n. 2, p. 123-145, 2024. Disponível em: < <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/3401> >. Acesso em: 9 mar. 2025.

ANGELI NETO, Humberto de; MARTINEZ, Antonio Lopo. Nota fiscal de serviços eletrônica: uma análise dos impactos na arrecadação em municípios brasileiros. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 26, p. 49–62, 2016. DOI: 10.11606/rco.v10i26.107117.

ARAUJO, Joao Gabriel Nascimento de; LAGIÓIA, Umbelina Cravo Teixeira; SOEIRO, Tiago de Moura; SANTOS, Aldemar de Araújo. Um estudo sobre as evidenciações contábeis dos governos do Distrito Federal e dos estados brasileiros sob a ótica da teoria da legitimidade e dos custos políticos. **Enfoque: Reflexão Contábil**, vol. 36, núm. 1, enero-abril, 2017. DOI: 10.4025/enfoque.v36i1.31554.

ARAUJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, Lisboa, n.º 83, pp. 11-35, 2017. DOI:10.7458/SPP2017839969.

AVELINO, Bruna Camargos; COLAUTO, Romualdo Douglas; DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. *In*: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 7, 2012, São Paulo. **Evidenciação, teoria da legitimidade e hipótese dos custos políticos: estudo no governo estadual e municípios de Minas Gerais**. Disponível em: https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos102010/an_resumo.asp?con=2&cod_trabalho=196. Acesso em: 04 mai. 2025.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 27, jul/dez, 2012. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BATISTA, Elaine Assunção. **Comportamento fiscal e cidades inteligentes: efeitos da nota fiscal de serviços eletrônica em municípios brasileiros**. 2024. Dissertação – Universidade de Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43318>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BEUREN, Ilse Maria; GUBIANE, Clésia Ana; SOARES, Maurélio. Estratégias de legitimidade de Suchman evidenciadas nos relatórios da administração de empresas públicas do setor elétrico. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 47(4):849-75, jul./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000400003>.

BEUREN, Ilse Maria; SÖTHE, Ari. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações** – FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 98 - 120 jan./abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v3i5.34734>.

BRASIL. **Histórico da NFS-e**. Disponível em: <https://www.gov.br/nfsc/pt-br/nfse/conheca/historico-da-nfs-e>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CARDOSO, Jorge Luiz; SOUZA, Marcos Antonio de; ALMEIDA, Lauro Brito. Perfil do contador na atualidade: um estudo exploratório. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, v. 3, p. 275-284, set/dez, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228630007>. Acesso em: 9 mar. 2025.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**. Monte Carmelo, v.20, n.43, p.98-111/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em 03 mai. 2025.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; DE AQUINO; André Carlos Busanelli; DA SILVA, Polyana Batista; ALBUQUERQUE, Francivaldo dos Santos. Terceirização de portais de transparência fiscal em prefeituras municipais. *Revista de Contabilidade e Organizações. RCO*. São Paulo, v. 14:e164383, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.164383>.

DORIGHETTO, Douglas Silva; BRITO, Josivan Monteiro; CARVALHO, Josue de Lima; DOS SANTOS, Ticiane Lima. Os reflexos da implementação da nota fiscal de serviço eletrônico (nfs-e) em um município da Amazônia paraense. **Revista Paraense De Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 109-134, 13 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36562/rpa.v5i1.62>.

FERREIRA, Cassio de Oliveira; PRATES, Marcus Vinícius; BARBOSA NETO, João Estevão; DO NASCIMENTO, Silvério Antônio. Eficiência da gestão fiscal e variação orçamentária em municípios mineiros. **RACEF - Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13059/racef.v14i3.1077>.

FERREIRA, Otavio Sarpa; DOBELIN, Silvio; KETTLE, Waggnor Macieira. In: **CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS**, 10, 2020, São Carlos. Contabilidade e Avanços Tecnológicos: Um Estudo da Percepção de Contadores na Região de Campinas sobre Perfil do Contador no Mercado de Trabalho. Disponível em: <<http://ccn-ufsc-cdn.s3-website-us-west-2.amazonaws.com/10CCF/index.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

FILIPIN, Roselaine; REICHERT, Natalia Sofia; BRIZOLLA, Maria Margarete Baccin; VIEIRA, Euselia Pavaglio. Impactos e benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 2, p. 368-383, maio/ago. 2016. DOI: 10.21714/2178-8030gep.v17i1.4443.

GUERRA, Felipe Matos. Percepção dos contadores acerca do uso de sistemas contábeis na realização de tarefas e comunicação com o fisco. **Revista de Informação Contábil**, 1-25, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34629/ric-ijar/1982-3967.2023.v17.e-023004>.

GUERREIRO, Reinaldo. Algumas reflexões sobre a relevância da pesquisa contábil para a sociedade. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 90, p. e9040, 2022. DOI: 10.1590/1808-057x20229040.en.

INAGAKI, Célio; BESEN, Fabíola. Divulgação de relatórios socioambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte: um estudo a luz da teoria da legitimidade. **Revista GESTO**, v. 11, n. 1, p. 3-25, jan./jun., 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v11i1.494>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 25 jan. 2026.

JASIM, Yaser A.; RAEWF, Manaf B. Impact of the Information Technology on the Accounting System. **Erbil Journal of Humanities and Social Sciences**. Cihan, v. 6, p. 50-57, 2020. DOI: 10.24086/cuejhss.v4n1y2020.pp50-57.

LUCENA, João Paulo Oliveira; ALVES, Thales da Costa Lago; SAMPAIO, Raquel Menezes Bezerra. Adoção da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica: um Estudo sobre os Efeitos na Arrecadação de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza em Municípios do Rio Grande do Norte. **RISTI**, N.º 48, 12/2022. DOI: 10.17013/risti.48.89–105.

LYAN, Liu. The impact of information technology on accounting theory, accounting profession, and Chinese Accounting education. **WHICEB 2013 Proceedings**. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/whiceb2013/103>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MACHADO, Daiane Pias; OTT, Ernani. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 1, p. 136-156, jan./mar., 2015. DOI:10.4270/ruc.2015107.

MARTENDAL, Gabriela; HOFFMANN, Gustavo Bruno; MARTINS, Zilton Bartolomeu. A Evolução e Perspectivas da Profissão Contábil: Uma Percepção de Profissionais Contábeis. **Ci & Tróp.** Recife, v. 44, n. 2, p.169-191, 2020. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov44n2\(2020\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov44n2(2020)art6).

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOREIRA, Nayara Batista; DIAS FILHO, José Maria; GOMES, Sônia Maria da Silva; CONCEIÇÃO, Mirian Gomes. Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambientais na Percepção dos Gestores. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. Campina Grande, Vol.4, nº 1, p. 62-82, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25103/1/188-1086-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2025.

MURSHED, Syed Mansoob; BERGOUGUI, Brahim; BADIUZZAMAN, Muhammad; PULOK, Mohammad Habibullah. Fiscal Capacity, Democratic Institutions and Social Welfare Outcomes in Developing Countries. **Defence and Peace Economics (In Press)**, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.1080/10242694.2020.1817259>.

ORIGUELA, Leandro Aparecido. Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. Caderno Profissional de Administração da UNIMEP, v. 7, n. 1, p. 45-62, 2017.

PLETSCH, Caroline Sulzbach; BRIGHENTI, Josiane; DA SILVA, Ana; DA ROSA, Fabricia Silva. Perfil da evidencição ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 57-77, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2430>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ROBBINS, Stephen Paul. (2010). Comportamento Organizacional (10ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara Jaqueline Santore. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 10, n. 29, p. 09-26, 2011.

SANTIAGO, Victor Trevenzoli. **Usabilidade e aceitação do sistema de nota fiscal de serviços eletrônica da prefeitura municipal de Raul Soares – MG**. 2017. Trabalho de conclusão de curso – Instituto Ensinar Brasil, Caratinga, 2017.

SANTOS, Karina Nunes da Silva; DE SOUZA, Thalia Pinho; CAMPOS, Steffany Paes Vieira; SILVA, Ivana Aparecida Ferrer; ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer. Transparência na administração pública: Uma avaliação do portal eletrônico de transparência da Prefeitura de Cuiabá-MT. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**. Cuiabá, v. 3, p. 15-38, mai/ago, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=602579135006>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SANTOS, Marcos Igor da Costa; SANTOS, Rayane Farias dos Santos; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia. **Anais**. In: USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING, 20, 2020, São Paulo. Tecnologias, Comportamento e Mudanças: as transformações no trabalho do profissional da contabilidade. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/congressao-todos-trabalhos.html>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

SILVA, Bruna Ferreira da; TORRES, Heloisa de Moura Sardinha. **O imposto sobre serviço de qualquer natureza (issqn) e as dificuldades enfrentadas no cumprimento de suas obrigações: Principal e Acessórias**. 2022. Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022.

SILVA, Clayton Robson Moreira da; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 53(4):791-801, jul. - ago. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220180234>.

SILVA, Gustavo Oliveira; FERREIRA, Luan Aron dos Santos; FERREIRA, Tatiane Fernandes; HENRIQUE, Marcelo Rabelo; SILVA, Sandro Braz. O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/181/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suelem Thainara Ferreira; SILVA, Clesiomar Rezende. A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal: desafios dos contadores no cenário atual. **Revista Saber Eletrônico**, Jussara, v. 1, n. 3, out/dez, 2017. Disponível em: <https://sabereletronico.emnuvens.com.br/saber/article/view/4>. Acesso em: 9 de mar. 2025.

SILVA, Sonaly Kaline da; DE VASCONCELOS, Renata Braga Berenguer. Gestão Pública e Desempenho Socioeconômico: uma Análise Municipal. **Administração Pública e Gestão Social**, vol. 16, núm. 2, 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351577342003>. Acesso em: 06 de abr. de 2025.

SOUSA, Paulo Francisco Barbosa de; LIMA, Alexandre Oliveira; GOMES, Amanda de Oliveira; DO NASCIMENTO, Cicero Philip Soares; PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Desenvolvimento municipal e cumprimento da lei de responsabilidade fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista evidencição contábil & finanças**. João Pessoa, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun, 2013. DOI:10.18405/recfin20130104.

SPED. RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB); ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS (Abrasf). **O que é. Projeto Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e)**. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/488>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SUCHMAN, Mark Charles. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **The Academy of Management Review**. Vol. 20, No. 3 (Jul., 1995), pp. 571-610. DOI: <https://doi.org/10.2307/258788>.

ZWIRTES, Adir; ALVES, Tiago Wickstrom. Os impactos causados pela inovação tecnológica em escritórios de contabilidade do Rio Grande Do Sul: uma análise fatorial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 1, p. 39-53, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/59929>. Acesso em: 06 abr. de 2025.

ZYZNARSKA-DWORCZAK, Beata. (2018). Legitimacy theory in management accounting research. **Problemy Zarządzania**, 16(1), 195-203. DOI: <https://doi.org/10.7172/1644-9584.72.12>.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Perfil do entrevistado

- Sexo?
- Idade?
- Qual a sua formação?
- Qual seu cargo e quanto tempo trabalha nessa área?

Roteiro de entrevista semiestruturada

Variáveis sobre o ambiente da prefeitura	Antigo sistema	Como era a utilização do antigo sistema? Quais as facilidades e dificuldades?
		Quais tarefas ou processos eram mais demorados ou complexos no sistema antigo?
	Transição	Quais dificuldades você encontrou ao se adaptar ao novo sistema?
		A comunicação durante a transição foi clara e eficiente?
		Houve algum tipo de treinamento por parte da prefeitura?
	Novo sistema	Como é a utilização do novo sistema? Quais as facilidades e dificuldades?
Quais tarefas ou processos são mais demorados ou complexos no sistema novo?		
Variáveis de produtividade e eficiência	O novo sistema ajudou a economizar tempo ou simplificar processos? De que forma?	
	Como você avalia sua produtividade agora em comparação com o sistema anterior?	
	A mudança gerou algum tipo de transtorno com a chefia ou com os clientes?	
Variáveis sobre a satisfação com o novo ambiente	Você está satisfeito com o desempenho do novo sistema? Por quê?	
	O sistema atendeu às suas expectativas iniciais?	
	Quais são os pontos fortes do novo sistema na sua opinião?	
	Quão fácil foi aprender a utilizar o novo sistema?	
	As ferramentas ou funções do sistema são intuitivas e acessíveis?	
	O suporte técnico é eficiente e responde às suas demandas?	
	Como você avalia a comunicação da equipe responsável pela mudança?	

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**PERCEPÇÃO DE CONTADORES DO SETOR FISCAL EM RELAÇÃO À MUDANÇA DE SISTEMA EM UMA PREFEITURA DO TRIÂNGULO MINEIRO**”, sob a responsabilidade dos(as) pesquisadores(as) Leticia Pereira Boaventura e Sabrina Rafaela Borges.

Nesta pesquisa busca-se compreender como a mudança de portal de uma prefeitura de um município do Triângulo Mineiro afetou os contadores que atuam no setor fiscal, analisando a percepção e avaliando os efeitos que a mudança do portal pode ter provocado na produtividade e na eficiência desses trabalhadores.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido de forma virtual antes do início da sua participação na pesquisa e coleta de dados. O Termo de consentimento será enviado pela pesquisadora Letícia Pereira Boaventura para o email do participante em formato PDF. Antes de concordar em participar da pesquisa, você pode entrar em contato com os(as) pesquisadores(as), em tempo real, para discutir as informações do estudo. O contato pode ser feito através de mensagens via aplicativo Whatsapp pelo número (34)xxxxxxx ou pelo email leticia.boaventura@ufu.br.

Você terá o prazo de 15 dias antes da data da reunião para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Logo após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, será coletado através do email dados sociodemográficos de cada participante.

Na sua participação, você será convidado a discutir sobre o tema de forma guiada por uma entrevista semiestruturada, onde a pesquisadora fará perguntas e você ficará livre para pontuar o que achar de relevante com os detalhes que podem contribuir para o estudo. A entrevista irá tratar sobre o ambiente de trabalho da prefeitura, com questões sobre percepções, produtividade e eficiência. No total serão 17 perguntas e o tempo estimado para a duração da entrevista é de quarenta minutos. A reunião será realizada e gravada (áudio e vídeo) pela plataforma Teams e posteriormente haverá a transcrição da entrevista para análise dos dados.

Você tem o direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. A reunião será marcada de acordo com a sua disponibilidade.

Nós, pesquisadores, atenderemos às orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2: f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob nossa guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. A gravação da entrevista será mantida juntamente com a transcrição e serão tomadas medidas possíveis e cabíveis para a manutenção do sigilo por tempo indeterminado.

Os resultados da pesquisa serão publicados, e ainda assim a sua identidade será preservada. Durante a análise dos dados será utilizado codinomes para manter o anonimato dos participantes.

Os riscos que a pesquisa pode oferecer são: i) dificuldades dos participantes em utilizarem os recursos tecnológicos para participar da pesquisa; ii) ocorrer algum erro que atrapalhe o entendimento das questões propostas e iii) risco de identificação dos participantes. Para este último, cabe ressaltar que no momento de análise dos dados, as respostas dos participantes serão codificadas, o que fará com que não haja nenhuma identificação dos participantes

Para minimizar alguns riscos do ambiente virtual, é importante que você tenha todo o cuidado com a segurança e privacidade do local quando realizar o acesso às etapas virtuais da pesquisa para que sejam garantidos o sigilo e a confidencialidade necessários. Antes, durante ou após o consentimento ou a coleta de dados, informe ao(à) pesquisador(a) quaisquer condições adversas, como entradas inesperadas de pessoas no ambiente.

Os benefícios da pesquisa serão a compreensão dos impactos das mudanças ambientais no desempenho e satisfação profissional, auxiliando gestores públicos na formulação de políticas de melhoria do ambiente organizacional e fiscal. Espera-se que com o entendimento de como as mudanças afetam o usuário final, os agentes públicos possam tomar medidas para diminuir os impactos negativos para a população

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. A ciência da retirada do consentimento será enviada para o email do participante.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo enviado via email e deve ser salvo nos seus arquivos. Este Termo está assinado pelo(a) pesquisador(a) responsável e contém seu telefone e endereço de contato para que você possa tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo número (34)xxxxxxx (via aplicativo de mensagens Whatsapp ou ligação), pelo email leticia.boaventura@ufu.br ou ainda pelo endereço da coordenação do curso de ciências contábeis da UFU Av. João Naves de Ávila, nº 2121 - Campus Santa Mônica – Bloco 1F – Sala 205, Bairro Santa Mônica - 38.408-100 - Uberlândia – MG, (34) 3230-9471.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você tem direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Para obter orientações quanto aos direitos dos(as) participantes de pesquisa, acesse a cartilha disponível no *link*:

https://propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/media/documento/cartilha_dos_direitos_dos_participantes_de_pesquisa.pdf

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131; ou pelo *e-mail* **cep@propp.ufu.br**. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos(as) participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do(a) participante de pesquisa